



Our world is not for sale.

STOP corporate globalization.

Chamado à Ação, p 1

Chamado à Ação para a Reunião Ministerial da OMC em dezembro de 2013 em Bali

Barrar a expansão da OMC e por fim ao ataque “comercial” das corporações: alimentos, empregos, direitos dos povos e desenvolvimento sustentável em primeiro lugar!

Por vinte anos, os povos e o meio ambiente têm enfrentado grandes sofrimentos sob uma poderosa ofensiva contra nossos direitos e necessidades básicas, que se dá através dos acordos de livre comércio. A Organização Mundial do Comércio e numerosos Acordos de Livre Comércio (ALCs) têm sido usados pelas grandes corporações para impor políticas que destroem empregos e meios de subsistência, diminuem o acesso das pessoas a medicamentos e serviços essenciais, destroem o meio ambiente e impõem numerosas políticas que minam nosso futuro. Antes da OMC e dos ALCs, havia um acordo que definia as regras para o comércio de mercadorias, chamado GATT (sigla em inglês para *General Agreement on Tariffs and Trade* - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). A OMC substituiu o GATT, impondo acima das políticas dos governos uma lista de desejos das corporações concebida para corromper as regras propriedade intelectual, investimentos e regras agrícolas, restringir as regulamentações de saúde e meio ambiente, entre outras, dos quais todas e todos dependemos. A OMC inclui um sistema de aplicação de regras que tem o poder de penalizar os países, roubando seu espaço de formulação de políticas públicas e forçando-os a mudar suas políticas de acesso a medicamentos, alimentos, água e energia, de desenvolvimento econômico, de controle dos recursos naturais, de estabilização financeira e muito mais. Esse ataque sem precedentes à soberania nacional e ao interesse público é vendido como “livre comércio”.

Em 1995, no nascimento da instituição, as regras da OMC cobriam 112 países. Hoje 159 países estão amarrados pelas regras prejudiciais da OMC. Um dos objetivos principais dos grandes países desenvolvidos e corporações globais que deram cria à OMC é continuar expandindo essas regras, o que intensificaria o ataque da Organização contra nossas necessidades e direitos básicos. Essa é uma pauta que se tenta impor através da chamada “Rodada do Desenvolvimento de Doha”. Nas ruas de Seattle (1999) e nos protestos massivos em Cancun (2003) e Hong Kong (2005), através de anos de campanha incansável em muitos países contra o ataque da Rodada de Doha aos empregos, à segurança alimentar e muito mais, até hoje, o poder popular conseguiu evitar a conclusão das negociações e barrar a expansão da OMC. Uma campanha global também conseguiu tirar dos trilhos o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), um dos numerosos ALCs que as corporações transnacionais tentaram usar para impulsionar suas agenda de negócios além da própria OMC. Antes da Rodada de Doha, a sociedade civil barrou o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), que teria resultado em muitos dos mesmos impactos devastadores. Garantir que a Rodada de Doha não seja ressuscitada é decisivo para assegurar nossas vitórias passadas e reagir contra a renovada ofensiva da globalização conduzida pelas corporações, também refletida na nova onda de Acordos de Livre Comércio bilaterais e regionais em todo o mundo, tais como a Parceria Trans-Pacífico, o Acordo de

Livre Comércio E.U.A. - União Européia, os Acordos de Parceria Econômica, entre outros.

Depois de muitas Reuniões Ministeriais fracassadas e quase doze anos dessas perigosas negociações para a expansão da OMC, o futuro da Organização será decidido entre 3 e 6 de dezembro na Reunião Ministerial de Bali. Somente tomando ações em nossos países para chamar nosso governo a suas responsabilidades e mostrando nossa força em Bali podemos parar a expansão da OMC e começar a desarmar o regime catastrófico dos acordos de “livre comércio”.

Barrar a nova tentativa de expansão da OMC em Bali

Na 9ª Ministerial da OMC em Bali, as corporações transnacionais querem reverter nossa vitória em impedir a expansão da Rodada de Doha por todos esses anos. Seu plano é pressionar os países para que concordem com certos pontos específicos e abram as portas para as negociações de outros temas que expandem o poder e as perigosas regras da OMC.

Porque esse plano tem que ser impedido? Os países desenvolvidos quebraram a promessa que fizeram de negociar na Rodada de Doha os temas chave para os países em desenvolvimento e tiraram da agenda os itens do “mandato de desenvolvimento”, itens que tinham como objetivo corrigir os severos problemas existentes nas regras atuais da OMC. Isso incluiu sua oposição à proposta feita pelo G33, um grupo de 46 países em desenvolvimento, de permitir que países em desenvolvimento subsidiem os agricultores pobres para que produzam alimentos para suas populações ameaçadas pela fome; à um pacote simples de políticas que permitiria aos países menos desenvolvidos melhorar os resultados de sua participação no comércio internacional; e à proposta de garantia do “tratamento especial e diferenciado” para os países em desenvolvimento, que reconhece que estes não podem ter o mesmo sucesso dos países desenvolvidos se forem todos submetidos às mesmas regras.

Em vez disso, os países desenvolvidos repaginaram as mesmas demandas das corporações de liberalização e acesso a mercados nos países em desenvolvimento que já foram sistematicamente rejeitadas por estes países que são membros da OMC. Isso inclui um acordo de Facilitação do Comércio, que exige que países em desenvolvimento dediquem seus recursos financeiros e tecnológicos prioritariamente a facilitar importações provenientes dos países desenvolvidos. Isso significaria não apenas menos recursos nacionais para a saúde, a educação e metas de geração de empregos, mas prejudicaria as economias dos países em desenvolvimento com uma nova onda de importações.

Os países desenvolvidos também destruíram os princípios fundamentais da própria OMC, que definem que todos os países estejam de acordo para que se dê início a novas negociações, e já lançaram negociações de uma agenda pós-Bali no interesse das corporações. Isso inclui uma proposta de expansão do Acordo de Tecnologia da Informação (ATI) existente na OMC. Expandir o ATI restringiria a capacidade dos países pobres de desenvolver indústrias fundamentais para a geração de empregos. E, efetivamente, criaria um atalho para que as corporações transnacionais e os países desenvolvidos forcem a liberalização já rejeitada pelos países em desenvolvimento nas negociações de “Acesso a Mercados Não-Agrícolas”. Eles também lançaram negociações plurilaterais de um acordo de livre comércio radical chamado Acordo de Comércio de Serviços (Trade in Services Agreement – TISA), que resultaria na desregulamentação e liberalização de muitos serviços privados e públicos, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos países desenvolvidos. Esses dois acordos representam mais do mesmo modelo fracassado de liberalização e desregulamentação a que as organizações da sociedade civil dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos se opõem há muito tempo.

Essa 9ª Reunião Ministerial da OMC terá uma diferença importante com relação às ministeriais anteriores: o Brasil vai estar no leme. Os países do BRICS apoiaram a escolha de um brasileiro como novo Diretor Geral da OMC e, embora o Brasil tenha jogado um papel importante na contraposição às demandas do bloco dos países desenvolvidos, estes certamente vão pressionar por um resultado que

conduza à expansão da OMC. Os ministros de comércio do BRICS declararam que “a OMC precisa de um novo líder (vindo de um país em desenvolvimento)... que conduza uma conclusão eficiente da Rodada de Desenvolvimento de Doha”, enquanto ao mesmo tempo indicam “disposição para explorar resultados em áreas específicas onde seja possível fazer progresso” e “enfrentar as principais preocupações dos países membros da OMC mais pobres e vulneráveis no que diz respeito ao desenvolvimento”. Essa nova dinâmica exige vigilância especial para que se garanta que o resultado da 9ª Ministerial não seja “mais das mesmas” listas de desejos das corporações, nem a adoção de medidas de Facilitação de Comércio custosas para os países em desenvolvimento, nem uma agenda pós-Bali de avanço da liberalização comercial em nível multilateral disfarçada com algumas promessas simbólicas feitas aos países em desenvolvimento.

Construir poder popular para pôr fim ao regime de “livre comércio” ante, durante e depois de Bali.

O comércio é necessário, mas um tipo diferente de comércio, que não seja baseado na exploração das pessoas e da natureza e cujas regras beneficiem comunidades, não corporações. As crises financeira, alimentar, econômica e outras crises – para as quais as regras de privatização e liberalização da OMC contribuíram – são a prova de porque isso é decisivo para o nossos futuros. O tipo de comércio de que precisamos é o comércio complementar e não o comércio das corporações. A OMC, os ALCs e o Acordos Bilaterais de Investimentos não estão escritos em pedra. Eles podem ser eliminados e trocados por outros acordos comerciais. Este é o caso do Acordo de Livre Comércio México-Bolívia, que foi substituído por um acordo focado apenas em mercadorias, ou dúzias de Acordos Bilaterais de Investimentos que foram denunciados e estão sendo re-negociados sem a cláusula de resolução de controvérsias entre investidor e Estado. Precisamos de uma estrutura comercial muito diferente: que garanta os direitos humanos acima dos interesses das corporações; que preserve a soberania dos Estados, especialmente dos mais vulneráveis; que faça parte da linha de frente da defesa da saúde, da alimentação e dos empregos e que trate a natureza com cuidado e respeito. Um mundo sem a OMC, os Acordos de Livre Comércio e os Acordos Bilaterais de Investimentos é possível e necessário!

Convocamos a barrar a expansão da OMC em Bali e fortalecer o movimento global para pôr fim a esse regime de livre comércio. Qualquer acordo que saia da Reunião Ministerial de Bali deve pôr um fim à devastação criada por décadas de políticas de globalização orientadas pelas corporações. Devemos garantir que a Ministerial da OMC em Bali não aprove uma perigosa expansão da agenda das corporações. Em vez disso, deve ser desenvolvida uma estrutura de comércio nova, equitativa e complementar, que tenha os direitos dos povos e da natureza em seu coração.

Exigimos:

- **Não à expansão da OMC!** Rumo à Ministerial de Bali, os governos devem rejeitar um Acordo de Facilitação do Comércio e insistir no fim das negociações de outros acordos que expandem as políticas da OMC, tais como o ATI e o TISA.
- **Reviravolta na OMC!** Em vez disso, os governos precisam concordar em começar a desarmar as regras abrangentes da OMC para garantir o espaço de formulação de políticas públicas para que os países possam enfrentar questões como a alimentação, a saúde, a geração de empregos, a estabilidade financeira, a mudança climática e a natureza. Essa agenda alternativa identifica-se com a declaração “OMC, reviravolta em 2013: Alimentos, Empregos e Desenvolvimento Sustentável em Primeiro Lugar!”. Ainda, os governos devem aprovar a proposta dos países em desenvolvimento sobre Segurança Alimentar e um pacote forte de propostas para os Países Menos Desenvolvidos -

prioridade há muito tempo identificada pelos países em desenvolvimento - além de outras mudanças fundamentais destacadas na declaração “OMC, reviravolta em 2013”.

- **Mudança no Sistema de Comércio Global!** A estrutura do comércio global deve funcionar em favor dos 99%. Instituições fracassadas como a OMC, os ALCs e os Acordos Bilaterais de Investimentos, devem ser substituídas por um novo sistema que discipline as corporações, na mesma medida em que ofereça aos países espaço para a formulação de políticas públicas voltadas a uma agenda de desenvolvimento sustentável e criação de empregos, segurança alimentar, acesso a cuidados de saúde e medicamentos e estabilidade financeira global.

É essencial que nos organizemos em 2013 para ir além das palavras de ordem e declarações, criando mobilização através da pressão direta sobre os governos para que tomem ações decisivas este ano. A OWINFS encoraja as organizações da sociedade civil preocupadas com os impactos da OMC sobre os trabalhadores e trabalhadoras, as mulheres, o meio ambiente e sobre nosso futuro, a organizar imediatamente pressões sobre seus ministros de comércio e outros membros do governo nacional no sentido de atingir os seguintes objetivos:

1. **Endossar a Declaração** “OMC, reviravolta em 2013: Alimentos, Empregos e Desenvolvimento Sustentável em Primeiro Lugar!” elaborada pela rede OWINFS, que também pode ser utilizada para:
2. **Organizar eventos de formação** para dar a conhecer publicamente os impactos da OMC em nível nacional e os potenciais impactos ainda piores das atuais propostas de expansão da OMC contidas no pacote de Bali: sobre os pequenos agricultores, trabalhadores e trabalhadoras, o meio ambiente e comunidades afetadas em seu país.
3. **Exigir reuniões** (junto com outros grupos interessados) com seu Ministério de Comércio, para apresentar demandas com relação ao pacote de Bali, a estrutura da OMC, e a necessidade de transformação do sistema global de comércio e comunicar ao governo que vocês estão monitorando suas atividades em Genebra e Bali!
4. **Demandar de parlamentares e outros ministérios afetados** (Agricultura, Saúde, Trabalho, Banco Central e agências de regulamentação financeira, etc.) que façam pressão sobre o Ministério de Comércio e o Chefe de Estado para que defendam os interesses e necessidades do povo nas negociações sobre do pacote de Bali em Genebra e na OMC em geral.
5. **Enviar uma carta nacional** ao governo, endossada por vários movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil, reiterando as demandas da campanha global sobre a OMC.
6. Desenvolver diferentes tipos de iniciativas, petições parlamentares, abaixo-assinados, coletivas de imprensa e ações criativas para dizer **já basta, já tivemos 18 anos de liberalização comercial demais.**
7. **Entrar em contato com os meios de comunicação** e relatar os impactos negativos da OMC sobre a economia, os trabalhadores e trabalhadoras, pequenos agricultores, os consumidores, as comunidades de pesca, as mulheres, a mudança climática e o meio ambiente. Vocês podem enviar cartas a editores e colunistas. A OWINFS tem pontos sistematizados disponíveis para argumentação e um extenso Quadro de Notas Editoriais que vocês podem usar como fonte para desenvolver algo que seja apropriado para sua mídia nacional.
8. **Coordenar ações comuns em todos os países** durante a 9ª Ministerial para abalar a OMC, os Acordos de Livre Comércio e os Acordos de Investimentos.

9. **Vir para Bali durante a Ministerial!** Participar com a OWINFS na organização da pressão sobre seus representantes durante as negociações na Ministerial e apoiar os movimentos sociais da Indonésia em mobilizações de massa.

A rede global Nosso Mundo Não Está À Venda - *Our World Is Not For Sale* está trabalhando para mobilizar campanhas internacionais e apoiar campanhas nacionais em todo o mundo. Por favor entre em contato com Deborah James pelo endereço djames@cepr.net, para receber mais material de base e ideias de ações. Para mais informações sobre a OMC confira o site: www.ourworldisnotforsale.org.

Os apoiadores da iniciativa ate o 30 da septiembre estão:

International and Regional Organizations and Networks		
1	ACP Civil Society Forum	The Forum is a coalition of 80 not-for-profit organisations working on issues relating to ACP-EU development cooperation. It seeks to cater for the diverse range civil society development issues within the wide geographic coverage of the ACP group.
2	Arab NGO Network for Development (ANND)	ANND is a regional network, working in 12 Arab countries with seven national networks (with an extended membership of 200 CSOs from different backgrounds) and 23 NGO members.
3	Asia Pacific Mission for Migrants (APMM)	A regional migrant centre working in the Asia Pacific and Middle East region.
4	Asian Peasant Coalition (APC)	Represent more than 15 million rural members (e.g. landless peasants, peasant women, dalits, agricultural workers, fisherfolks, pastoralists, and rural youth) from 33 organizations from Bangladesh, India, Indonesia, Malaysia, Mongolia, Nepal, Pakistan, Philippines, and Sri Lanka, struggling for genuine agrarian reform and people's food sovereignty.
5	Association pour la Taxation des Transactions financière et l'Aide aux Citoyens (ATTAC) European Network	ATTAC is an international organization involved in the alter-globalization movement. We oppose neo-liberal globalization and develop social, ecological, and democratic alternatives so as to guarantee fundamental rights for all.
6	Caribbean Development Alternatives with Women for a New Era (DAWN)	A regional network of scholars and reasearchers who work on the issues of political economy, trade, Sustainable Development; Sexual and Reproductive Health and Rights; governance and women's equal participation in power and decision-making.
7	Dignity International	Dignity International's vision is of a world in which everyone enjoys human rights and lives in dignity; free from fear, poverty and discrimination. Dignity International advocates with, connects, and supports the empowerment of deprived and struggling communities in claiming their human rights, and creating social justice around the world.

8	IBON International	IBON initiates and implements international programs, develops and hosts international networks, initiates and participates in international advocacy campaigns, and establishes regional and country offices. IBON strengthens links between local campaigns and advocacies to international initiatives.
9	International Presentation Association (IPA)	The mission of IPA is to channel our resources so that we can speak and act in partnership with others for global justice.
10	LDC Watch	LDC Watch is a global alliance of national, regional and international civil society organisations (CSOs), networks and movements based in the Least Developed Countries (LDCs).
11	Pacific Network on Globalisation (PANG)	PANG is a Pacific regional network promoting economic justice in globalisation with specific attention to: 1) Accountability and transparency in economic and trade policy processes, 2) Poverty eradication, 3) Equitable development and sustainable livelihoods (opportunity, access, impact) and 4) Food sovereignty and environmental sustainability.
12	Pax Romana ICMICA Asia	Global network of Catholic leaders committed to justice, peace and creation.
13	Public Services International (PSI)	Public Services International (PSI) is a global trade union federation dedicated to promoting quality public services in every part of the world. PSI brings together more than 20 million workers, represented by 650 unions in 150 countries and territories.
14	South Asia Alliance for Poverty Eradication (SAAPE)	An alliance to fight against poverty and injustice in South Asia comprising journalists, academics, trade unionists, human rights activists, NGOs and other civil society actors across the region.
15	Southern Africa Trade Union Coordination Council (SATUCC)	SATUCC is a regional trade union organization representing all major trade union federations in the Southern African Development Community (SADC). It was established in March 1983 and today SATUCC is the only formally recognised representative regional trade union confederation with a special status in the SADC.
16	Southern and Eastern African Trade, Information and Negotiations Institute (SEATINI)	An African initiative to strengthen Africa's capacity to take a more effective part in the emerging global trading system and to better manage the process of Globalization.

National Organizations		
17	51% Coalition	Jamaica
18	Action Développement et Intégration Régionale (ADIR)	Burundi
19	Action, Research and Education Network of Aotearoa (ARENA)	New Zealand
20	Advocate for Safe Parenthood (ASPIRE)	Trinidad and Tobago
21	Africa Europe Faith and Justice Network (AEFJN)	Belgium
22	Africa Youth Coalition Against Hunger	Sierra Leone
23	Agricultura Alternativa y de Alerta ante la Transgénesis (AGALAT)	Panama
24	Agricultural Workers Union of TUC	Ghana

25	Aid/Watch	Australia
26	Alianza ONG	Dominican Republic
27	Aljawf Women Organization For Development	Yemen
28	All Lanka Peasant's Front	Srilanka
29	All Nepal Peasants Federation (ANPFa)	Nepal
30	Alliance Pour la Reconstruction et le Developpement Post-Conflict (ARDPC)	Ivory Coast
31	Alliance Against WTO	Bangladesh
32	Alliance Sudd	Switzerland
33	Alternative Information & Development Centre	South Africa
34	Amigos de la Tierra México	Mexico
35	Anguilla National Council of Women (ANCW)	Anguilla
36	Andhra Pradesh Vyavasaya Vruthidarula Union (APVVU)	India
37	Argentine Federation Of Commerce And Services Workers (FAECyS)	Argentina
38	Asia Monitor Resource Centre (AMRC)	Hong Kong
39	Asociacion Ecologica De Lanus (AEL)	Argentina
40	Association Commerciale, Agricole, Industriel et du Service (ACAISA)	Cape Verde
41	Association of Women's Organizations of Jamaica (AWOJA)	Jamaica
42	Association pour la Taxation des Transactions financière et l'Aide aux Citoyens (ATTAC) Quebec	Canada
43	Association pour la Taxation des Transactions financière et l'Aide aux Citoyens (ATTAC) Spain	Spain
44	Association pour la Taxation des Transactions financière et l'Aide aux Citoyens (ATTAC)	Tunisia
45	Association Women Sun of Haiti	Haiti
46	Australian Fair Trade and Investment Network (AFTINET)	Australia
47	Bahrain Transparency Society	Bahrain
48	Banana Link	UK
49	Bangladesh Krishok Federation	Bangladesh
50	Barbados Association of Non Governmental Organizations	Barbados
51	Barbados National Organization of Women	Barbados
52	BASE Investigaciones Sociales	Brazil
53	Belize Enterprise for Sustainable Technology	Belize
54	Berne Declaration	Switzerland
55	Bharatiya Krishak Samaj	India
56	Bia'lii, Consultancy and Research	Mexico
57	Botswana Council of Non Governmental Organisations (BOCONGO)	Botswana
58	Business and Professional Women Barbados	Barbados
59	Cadre de concertation des OSC pour le suivi du CSLP (CdC/CSLP)	Burkina Faso

60	Campaign 2015+ International	Nigeria
61	Canadian Union of Postal Workers (CUPW)	Canada
62	Congress of South African Trade Unions (COSATU)	South Africa
63	Capítulo Argentino PIDHDD	Argentina
64	Caribbean Association for Feminist Research and Action (CAFRA)	Trinidad and Tobago
65	Center for Alternative Research and Studies (CARES)	Mauritius
66	Center for Health, Human Rights and Development (CEHURD)	Uganda
67	Central Unitaria De Trabajadores (CUT)	Colombia
68	Centre d'Information et de Liaison des ONG (CILONG)	Chad
69	Centre de Recherche et d'Action pour le Développement (CRAD)	Haiti
70	Centre du Commerce international pour le Développement (CECIDE)	Guinea
71	Centre for Literacy and Community Development	Kenya
72	Centre National et International de Documentation et d'Information des Femmes en Haiti (ENFOFANM) Haiti	Haiti
73	Childolesent And Family Survival Organization - Women's Rights Action Group (CAFSSO-WRAG)	Nigeria
74	CIID	Gautemala
75	Civil Society Bahamas	Bahamas
76	Civil Society Coalition on Migration and Development	Nigeria
77	Civil Society Forum of Tonga (CSFT)	Tonga
78	Civil Society Movement of Sierra Leone	Sierra Leone
79	Civil Society Organization Network for Development (RESOCIDE)	Burkina Faso
80	Codepink	USA
81	Colectivo VientoSur	Chile
82	Colectivo Voces Ecológicas (COVEC)	Panama
83	Comité Forum Social Lémanique (FSL)	Switzerland
84	Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde (CADTM)	Tunisia
85	Community Empowerment for Progress Organization (CEPO)	South Sudan
86	Concertation Nationale Des Organisations paysannes et des Producteurs (CNOP)	Gabon
87	Confederacion Nacional De Unidad Sindical (CNUS)	Dominican Republic
88	Congress of South African Trade Unions (COSATU)	South Africa
89	Conseil de Concertation des ONGs de Développement (CCOD)	Congo
90	Conseil des ONG Agrées du Cameroun (CONGAC)	Cameroon
91	Conseil Inter ONG En Centrafrique (CIONGCA)	Central African Rep.
92	Conseil National des ONG de Développement (CNONGD)	D.R. Congo
93	Consejo de Investigaciones para el Desarrollo de Centroamérica (CIDECA)	Gautemala
94	Consejo Nacional de Auto empleados y Micro empresarios del Perú (CONAEM PERU)	Peru

95	Consumer Education Trust	Uganda
96	Consumers Protection Association (CPA)	Lesotho
97	Cook Islands Association of Non-Governmental Organisations (CIANGO)	Cook Islands
98	Coordination nationale des organisations paysannes du Mali	Mali
99	Cotonou Task Force	Ethiopia
100	Council for NGOs (CANGO)	Swaziland
101	Council of Canadians	Canada
102	Cristianas y Cristianos De Base De Madrid	Spain
103	Development Service Exchange (DSE)	Solomon Islands
104	Dominica National Council of Women	Dominica
105	Eastern and Southern Africa small-scale Farmers Forum (ESAFF)	Zambia
106	Economic Justice Network Lesotho (EJNL)	Lesotho
107	Economic News Africa	Kenya
108	Ecuador decide	Ecuador
109	Equity and Justice Working Group Bangladesh (EquityBD)	Bangladesh
110	Fair Trade Advocacy Office	Belgium
111	Fairwatch	Italy
112	Federación de Trabajadores del Agua Potable y Alcantarillado del Perú (FENTAP)	Peru
113	Federation de Femmes Entrepreneurs et Affairs de la CEDEAO (FEFA)	Guinea
114	Foro Ciudadano de Participación por la Justicia y los Derechos Humanos (FOCO)	Argentina
115	Forum das Ong de São Tomé e Príncipe (FONG-STP)	Sao Tomé and Príncipe
116	Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas (FONGA)	Angola
117	Forum des ONG pour le Développement Durable (FONGDD)	Eq. Guinea
118	Fundacion de Relaciones Internacionales (FUNREI)	Argentina
119	Foundation pour le Developpment au Sahel (FDS)	Mali
120	Friends of the Earth	Ghana
121	FSM Alliance of NGOs (FANGO)	Micronesia
122	Gilbert Agricultural and Rural Development Centre (GARDC)	Antigua and Barbuda
123	Global Exchange	USA
124	Globalization Watch Hiroshima	Japan
125	Gonoshasthaya Kendra (GK)	Bangladesh
126	Good Shepherd International Justice Peace Office	USA
127	Grassroots Organisations of Trinidad & Tobago (GOTT)	Trinidad and Tobago
128	Grenada National Organization of Women	Grenada

129	Groupe d'Action et de Reflexion sur l'Environnement et le Développement (GARED)	Togo
130	Groupe de Recherche et d'Action pour la Promotion de l'Agriculture et du Développement (GRAPAD)	Benin Republic
131	Grupo Tacuba	Mexico
132	Guyana Association of Women Lawyers	Guyana
133	Hecho en Bs As / empresa social	Argentina
134	Hegoa Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional, País Vasco	Spain
135	Help & Shelter	Guyana
136	Initiatives for Dialogue and Empowerment through Alternative Legal Services (IDEALS)	Philippines
137	Institute for Economic Research and Innovation (IERI)	South Africa
138	Institute for Global Justice (IKG)	Indonesia
139	Instituto de Participación y Desarrollo	Argentina
140	Instituto Justiça Fiscal (IJF)	Brazil
141	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEI)	Guinea-Bissau
142	Instituto Latinoamericano para una sociedad y un derecho alternativos (ILSA)	Colombia
143	Inter Agency Group of Development Organizations (IAGDO)	Grenada
144	Iyanola (St.Lucia) Council for the Advancement of Rastafari Incorporated (ICAR)	St. Lucia
145	Jamaica Network of Rural Women Producers	Jamaica
146	Jamaicans United for Sustainable Development	Jamaica
147	Jubilee Debt Campaign	UK
148	Kalingo Carib Council	Dominica
149	Kenya Debt Relief Network (KENDREN)	Kenya
150	Kilusang Magbubukid Ng Pilipinas (KMP)	Philippines
151	Kilusang Mayo Uno (KMU)	Philippines
152	Kiribati Association of Non-Governmental Organisation (KANGO)	Kiribati
153	Labour,Health and Human Rights Development Centre	Nigeria
154	Lesotho Council of NGOs (LCN)	Lesotho
155	Liaison Unit of the non-governmental organisations of Seychelles - (LUNGOS)	Seychelles
156	Lutte Nationale Contre la Pauvreté (LUNACOP)	DR Congo
157	Malawi Economic Justice Network	Malawi
158	Marshall Islands Council of NGOs (MICNGOS)	Marshall Islands
159	Mauritius Council of Social Service (MACOSS)	Mauritius
160	Melanesian NGO Centre for Leadership (MNCL)	Papua New Guinea
161	Movement for National Land and Agricultural Reform (MONLAR)	Sri Lanka
162	Namibia Non-Governmental Organisations Forum Trust	Namibia
163	National Agricultural workers Forum (NAWF)	India

164	National Alliance of People's Movements (NAPM)	India
165	National Association of NGOs (NANGO)	Zimbabwe
166	National Association of Nigerian Traders (NANTS)	Nigeria
167	National Center For Labour (NCL)	India
168	National Council of NGOs	Kenya
169	National du Réseau des Ong de Développement et Associations de Défense des Droits de l'Homme et de la Démocratie (RODADDHD)	Niger
170	National Fisheries Solidarity Movement [NAFSO]	Sri Lanka
171	National Forum for Mozambiquan NGOs and CBOs (TEIA)	Mozambique
172	Nauru Island Association of NGOs (NIANGO)	Nauru
173	National Justice and Peace Network (NJPN)	UK
174	Network for Women's Rights and Feminist Perspectives in Development (WIDE)	Austria
175	Network of Women's NGOs	Trinidad and Tobago
176	New Hope Youth Trust	Botswana
177	Niue Island (Umbrella) Association of NGOs (NIUANGO)	Niue
178	Nou Sud	Spain
179	Online Knowledge Society	Bangladesh
180	Otros Mundos AC	Mexico
181	Plate-forme des acteurs non étatiques pour le suivi de l'Accord de Cotonou au Sénégal	Senegal
182	Plateforme haïtienne de Pladoyer pour un Développement Alternatif (PAPDA)	Haiti
183	Plate-Forme Nationale des Organisations de la Societe Civile de Madagascar	Madagascar
184	Policy Analysis and Research Institute of Lesotho (PARIL)	Lesotho
185	Pour Social Development Cooperative (SDC - RCA)	Central Africa Rep.
186	Poverty Action Network in Ethiopia (PANE)	Ethiopia
187	Professional Organization for Women in Antigua	Antigua
188	Programme de Plaidoyer Pour une Intégration Alternative (PPIA)	Haïti
189	Rape Crisis Society of Trinidad & Tobago	Trinidad and Tobago
190	Rassemblement pour une Alternative Internationale de Développement (RAID)	Tunisia
191	Red Mexicana de Acción Frente al Free Comercio (RMALC)	Mexico
192	Red Nicaragüense de Comercio Comunitario (RENICC)	Nicaragua
193	Red Thread	Guyana
194	Regional en América Latina del Centro de Solidaridad Sindical de Finlandia	Finland
195	Resist Agrcochemical TNCs	Philippines
196	Resistance & Alternatives	Mauritius

197	Resistance and Alternatives to Globalization (RAG)	Indonesia
198	Roots for Equity	Pakistan
199	Rural Reconstruction Nepal (RRN)	Nepal
200	Rwanda Civil Society Platform	Rwanda
201	Samoa Umbrella for Non Governmental Organisation (SUNGO)	Samoa
202	SAVE Foundation Inc. (Services Alliance for Violent Encounters)	Barbados
203	Seruni	Indonesia
204	Siglo XXIII	El Salvador
205	Simpson Foundation Malawi	Malawi
206	Sistren Theatre Collective	Jamaica
207	Sociedad Económica de Amigos del País	Cuba
208	Solidarité	France
209	Somali Organisation for Community Development Activities (SOCDA)	Somalia
210	South African NGO Council (SANGOCO)	South Africa
211	Southern and Eastern African Trade, Information and Negotiations Institute (SEATINI) Zimbabwe	Zimbabwe
212	Southwest Freedom of Information Act Network	Nigeria
213	Stichting Projekta	Suriname
214	Tanzania Association of NGOs	Tanzania
215	Tchad Agir Pour l'Environnement (TCHAPE)	Chad
216	Técnicos Sin Fronteras	Argentina
217	The Asia Foundation	Timor-Leste
218	The Call for Africa Development [CAD]	Lesotho
219	Toledo Maya Women's Council	Belize
220	Tuvalu Association of NGOs (TANGO)	Tuvalu
221	Uganda Environmental Education Foundation (UEEF)	Uganda
222	Unidad Ecológica Salvadoreña (UNES)	El Salvador
223	Union Nacional De Trabajadores	Mexico
224	United Methodist Church Philippines	Philippines
225	Universidad libre flotante	El Salvador
226	Universidad libre para la Paz	El Salvador
227	Vanuatu Association of NGOs (VANGO)	Vanuatu
228	Voices for Interactive Choice and Empowerment (VOICE)	Bangladesh
229	War on Want	UK
230	West African Women Association (WAWA)	Liberia
231	Windward Islands Farmers' Association (WINFA)	St. Vincent and the Grenadines
232	Woman Inc.	Jamaica
233	Women Across Differences (WAD)	Guyana
234	Women Against Rape	Antigua
235	Women Working for Social Progress	Trinidad and Tobago

236	Women's Crisis Centre	Jamaica
237	Women's Institute for Alternative Development (WINAD)	Trinidad and Tobago
238	Women's Issues Network of Belize	Belize
239	Women's Media Watch Jamaica	Jamaica
240	Women's Resource and Outreach Centre	Jamaica
241	Women's Rights Centre	Suriname
242	World Democratic Governance project Association (WDGpa)	Spain
243	World Development Movement (WDM)	UK
244	Worldview	Gambia
245	Young Women's Christian Association (YWCA) Barbados	Barbados
246	Youth Foundation of Bangladesh (YFB)	Bangladesh
247	Zambia Council for Social Development	Zambia